

## ESCOLA DE DIREITO

### A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS E OS DESAFIOS À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

**Kawane Daize Lima Marcondes** <sup>8</sup>  
**Carolina Fatima de Souza Alves** <sup>9</sup>

#### RESUMO

No presente trabalho, tem-se como objetivo discorrer sobre o dever de fundamentação das decisões judiciais, de acordo com o art. 489 §1º do Novo Código de Processo Civil (NCPC). Primeiramente, para melhor compreensão é necessário entender o contexto histórico, as razões e as necessidades que surgiram para a criação do dever de fundamentação das decisões judiciais. Apresentou-se ainda, comparativo entre o Código de Processo Civil de 1973 e o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), apresentando as mudanças significativas que influenciarão no cotidiano dos magistrados, bem como a utilização dos princípios norteadores do direito que refletem nas decisões judiciais, tornando-a completa, fundamentada e justa. Nesse contexto, serão analisados os incisos legais previstos no §1º do art. 489 do NCPC, apresentando ainda, as consequências das decisões com ausência de fundamentação, sendo elucidados com jurisprudências.

#### REFERÊNCIAS

**ALBERTO, Tiago Gagliano Pinto. Algumas considerações acerca do art. 489§1º, inciso I do NCPC: como atender o que exige a lei processual? Disponível em: <<http://emporiadodireito.com.br/artigo-489-%C2%A71o-inciso-i-do-ncpc/>>. Acesso em: 30 out. 2016.**

**ALVIM, José Arruda. Manual de direito processual civil. v.1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.**

<sup>8</sup> Aluna do Curso de Graduação em Direito – Faculdade Dom Bosco.

<sup>9</sup> Coordenadora, Orientadora e Professora Mestre do Curso de Direito – Faculdade Dom Bosco.

## II. PRODUÇÃO DE ALUNOS - JORNADA CIENTÍFICA E CULTURAL

AMARAL, Guilherme Rizzo. *Comentários às alterações do Novo CPC*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

ARAÚJO, Valter Shuenquener. *O princípio da proteção da confiança. Uma nova forma de tutela do cidadão diante do Estado*. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

BRASIL. Decreto nº 737 de 25 de novembro de 1850. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103248/decreto-737-50>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. - Código de Processo Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm)>. Acesso em: 16 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 04 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 24 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 25 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.105/2015, de 16 de março de 2015. – Código de Processo Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20152018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em: 10 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.105/2015, de 16 de março de 2015. – Código de Processo Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20152018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em: 11 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.105/2015, de 16 de março de 2015. – Código de Processo Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20152018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em: 12 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.105/2015, de 16 de março de 2015. – Código de Processo Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20152018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em: 15 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.105/2015, de 16 de março de 2015. – Código de Processo Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20152018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em: 17 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.105/2015, de 16 de março de 2015. – Código de Processo Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20152018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação nº 1.466.411-4. Apelante: Bv Financeira S/A – crédito, financiamento e investimento. Apelado: Edson Catari-nhunk. Relator: Rosana Amara Girardi Fachin. Disponível em: [https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12138064/Decisao%20Monocratica-1466411-4#integra\\_12138064](https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12138064/Decisao%20Monocratica-1466411-4#integra_12138064)>. Acesso em: 02 out. 2016.

\_\_\_\_\_. STJ, Segunda Turma, AgRg no AREsp nº 594.6615/PA. Agravante: Município de Belém Procurador: Gustavo Azevedo Rôla e Outro (S). Agravado: Ruth Helena Ferreira De Sousa Advogado: Dalmério Mendes Dias E Outro (S) Relator: Ministro Humberto Martins. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/153375792/agravo-em-recurso-especial-aresp-594615-pa-2014-0257229-8>>. Acesso em: 16 out. 2016.

BERMUDES, Sérgio. *A reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 1996.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso Sistematizado de Direito Processual Civil*. 4 ed. São Pau-

## II. PRODUÇÃO DE ALUNOS - JORNADA CIENTÍFICA E CULTURAL

lo: Saraiva, 2010.

CANOTILHO, J J Gomes. *Comentários a Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/ Almedina, 2013.

CANOTILHO, J.J Gomes; MENDES Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L. (Cords.) *Comentários à constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva; MELLO, Rogério Licastro. *Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo*. (Coordenação Tereza Arruda Alvim Wambier). 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. In: ARRUDA ALVIM, WAMBIER, TERESA, et al. *Breves comentários ao Novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

CAPELLETTI, Mauro. *Juízes legisladores?* Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1993. p. 22.

DIDIER JR. Fredie; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Op. cit.p.291; MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O que deve e o que não deve configurar na sentença*. In: *Temas de Direito Processual -8ª ed.* São Paulo: Saraiva, 2004.

DIDIER JR, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. 6ª ed.v.2. Salvador: Jus podivm, 2011.

DIDIER JR, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil: Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento*.17ª ed.v.1. Salvador: Jus podivm, 2015.

DIDIER JR. Fredie; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de; BRAGA, Paula Sarno. In *Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. (Coordenação – Antônio do Passo Cabral e Ronaldo Cremer). Rio de Janeiro: Forense, 2015.

DIDIER JR. Fredie; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de; BRAGA, Paula Sarno. *Curso de Direito Processual Civil*. Salvador: Jus podivm, 2013.

DIDIER JR. Fredie; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de; BRAGA, Paula Sarno. *Curso de Direito Processual Civil: Teoria da Prova, Direito Probatório, Decisão, Precedente, Coisa Julgada e Tutela Provisória*. 11ª ed. Salvador: Jus podivm, 2016.

DIDIER JR. Fredie; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de; BRAGA, Paula Sarno. Apud CAPELLETTI, Mauro. *Curso de Direito Processual Civil: Teoria da Prova, Direito Probatório, Decisão, Precedente, Coisa Julgada e Tutela Provisória*. 11ª ed. Salvador: Jus podivm, 2016.

DICIONÁRIO JURÍDICO: Academia Brasileira de Letras Jurídicas. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária,1999.

FONSECA, Leonardo Alvarenga da. *A fundamentação Per Relationem como técnica constitucional de racionalização das decisões judiciais*. Disponível em:<<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=3be1e43c45c13321>>. Acesso em: 31 out. 2016.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Novo Curso de Direito Processual Civil*. 7.ed.v 2.São Paulo: Saraiva, 2010.

GUASTI, André. *Fundamentação Per Relationem ou Aliunde*. Disponível em:<<http://pensodireito.com.br/03/index.php/component/k2/item/79fundamenta%C3%A7%C3%A3o-per-relationem-ou-aliunde>>. Acesso em: 31 out. 2016.

JR, Antônio Gasparetto. *Antigo Regime*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/antigo-regime/>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

## II. PRODUÇÃO DE ALUNOS - JORNADA CIENTÍFICA E CULTURAL

LIMA, Tiago Asfor Rocha. *Precedentes Judiciais no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz. *Processo de conhecimento*. 6 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Processo Civil: Tutela dos direitos mediante procedimento comum*. 1 ed. v.2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *O projeto do CPC*. v.2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes Obrigatórios*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Novo Código de Processo Civil Comentado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

LUIZ GUILHERME; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Curso de Processo Civil*. v.2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MEDINA, José Miguel Garcia; *Direito Processual Civil Moderno: De acordo com as Leis 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), Lei 13.129/2015 (Reforma da Lei de Arbitragem) e 13.140/2015 (Lei da Mediação)*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MITIDIERO, Daniel. *Fundamentação e precedente: dois recursos a partir da decisão judicial*. In: *Revista de Processo*. nº 206, p. 61. Acesso em: 29 out. 2016.

MONTENEGRO FILHO, Misael. *Curso de Direito Processual Civil. Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento*. 2.ed. v.1 São Paulo: Atlas, 2006.

MONTENEGRO FILHO, Misael. *Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento* 11ª ed. V.1. São Paulo: Atlas, 2015.

NERY JR, Nelson; *Princípios do Processo civil na Constituição Federal*. 8ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

NERY, JR, Nelson. *Princípios do Processo na Constituição Federal (processo civil penal, penal e administrativo)*. 11ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

NERY JR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

NOJIRI, Sérgio. *O dever de fundamentar as decisões judiciais*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. *Do formalismo no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 1997.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 9ª ed. v.3. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 8ª ed. v.3. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

PINHO, Humberto Dalla Berdina de; *Direito Processual Civil Contemporâneo: Teoria Geral do Processo*. 6ª ed. v.1. São Paulo: Saraiva, 2015.

PUOLI, José Carlos Batista. *O juiz, a aplicação do direito e o Novo CPC*. *Revista do Advogado*. nº. 126.v. XXXV. p 131-136. São Paulo: AASP, maio 2015.

## II. PRODUÇÃO DE ALUNOS - JORNADA CIENTÍFICA E CULTURAL

TALAMINI, Eduardo; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de. Curso Avançado de Processo Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. (Coordenação Luiz Rodrigues Wambier). 3ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

THEODORO JR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Teoria do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. 55ª ed.v.1. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

THEODORO JR. Humberto et al. Novo CPC fundamentado e sistematizado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

THEODORO JR., Humberto; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre Melo Franco; PEDRON, Flávio Quinaud. Novo CPC: fundamentos e sistematização. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; Curso Avançado de Processo Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 15ª ed., v.1. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

WAMBIER, Tereza Arruda Alvim. Nulidades do processo e da sentença. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.